



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. VALDIR COLATTO)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, da remessa de Inquérito Policial e de informações conforme específica.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, da remessa do Inquérito Policial objeto da reportagem anexa, nos termos da qual o Delegado de Polícia Federal MARCELO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA investigou a invasão à Fazenda Buriti, em 2013, localizada na região de Sidrolândia, Mato Grosso Sul; e, acessoriamente, da remessa do documento ou protocolo de seu envio para o Ministério Público Federal, e de informações, se disponíveis, do seu trâmite no âmbito Parquet federal e posteriores desdobramentos, se é que houve.

Os documentos ora solicitados deverão ser disponibilizados **em arquivos pesquisáveis e por meio magnético**, o que viabiliza a leitura e o acesso às informações em atendimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação).

JUSTIFICAÇÃO

O Inquérito Policial em pauta tem conteúdo relevante para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito conforme pode ser verificado no teor da reportagem anexa, razão pela qual se justifica o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado VALDIR COLATTO



03/03/2016 às 10:05:00

Investigação aponta incitação do Cimi em invasão à Fazenda Buriti

Redacao

O delegado da Polícia Federal, Marcelo Alexandrino de Oliveira, foi o depoente da 13ª reunião da CPI do Cimi, realizada na tarde desta quinta-feira (02). A Comissão Parlamentar de Inquérito formada por parlamentares da Assembleia Legislativa investiga se há participação do Conselho Indigenista Missionário como apoiador das invasões a propriedades rurais em Mato Grosso do Sul.

Em seu depoimento, Oliveira relatou seu trabalho durante a invasão à Fazenda Buriti, em 2013, localizada na região de Sidrolândia. Após dois anos de investigações, o inquérito foi entregue ao Ministério Público Federal no ano passado e, segundo o depoente, há provas quanto à participação do Cimi nas invasões, incitando os indígenas à resistência. "Durante as investigações foram pericuidos o notebook e gravador do jornalista do Cimi, conhecido como Ruy Sposati. No gravador foi encontrado áudio de uma reunião entre indígenas e integrantes do Conselho, onde os indígenas eram parabenizados e incentivados a continuar resistindo à invasão", relatou.

O delegado ressaltou ainda que o inquérito em questão não entra na seara se a Fazenda Buriti é ou não terra indígena e sim o fato que houve uma violação da lei por parte dos indígenas ao resistirem uma ordem judicial de desocupação. "Houve crime de resistência por parte dos indígenas e os integrantes do Cimi instigaram os índios a praticarem o crime de resistência", ponderou.

O depoente revelou ainda que no notebook apreendido para perícia foi encontrado um arquivo cujo conteúdo ensinava confeccionar armas artesanais, minas terrestres, gás lacrimogênio com produtos de limpeza, além de como realizar fraudes bancárias.

Ao ser questionado pela parlamentar Mara Caseiro se acreditava que o Cimi incitava os indígenas a invadir propriedades no Estado, o delegado deixou claro que sim. "Com toda certeza, nesse caso (Fazenda Buriti) está provado que há incitação do Cimi para que os indígenas não obedecessem a ordem judicial e saíssem da propriedade de forma pacífica".

A CPI do Cimi é composta pela presidente, deputada Mara Caseiro (PMB); o vice-presidente, deputado Marquinhos Trad; deputado Paulo Corrêa (PR) como relator e como membros os deputados Onevan de Matos (PSDB) e Pedro Kemp (PT).
